REVISTA DIÁLOGOS MEDITERRÂNICOS

ISSN: 2237-6585

DI COSMO, Nicola e MAAS, Michael (Org.). *Impérios e trocas na Antiguidade Tardia Eurasiática: Roma, China, Irã e a estepe por volta de 250-750*. Tradução de Felipe Vale da Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2023, 696 p.

Resenha de livro.

Murilo Moreira de Souza[1]

A publicação em português de *Impérios e trocas na Antiguidade Tardia Eurasiática*, coletânea organizada por Nicola Di Cosmo e Michael Maas em 2018, oferece à historiografia brasileira uma oportunidade para repensar simultaneamente temporalidades e espacialidades com que se narram a Antiguidade Tardia e a Idade Média. A questão colocada e sua principal contribuição – para além de acrescentar China, Irã e Ásia Central a uma história ainda governada por ditames mediterrânicos e ocidentais – trata-se de retirar o mundo romano da posição de medida implícita de todas as transformações e situá-lo entre formações imperiais, povos das estepes, redes mercantis, comunidades religiosas e tradições linguísticas que não dependiam de Constantinopla para adquirir olhar histórico. Sua principal limitação, entretanto, decorre da forma pela qual a Eurásia construída pelos organizadores continua seletiva, privilegia conexões terrestres e grandes formações políticas e não abrange, com igual densidade, os circuitos marítimos, a África, o subcontinente indiano e o Sudeste Asiático.

A edição em língua portuguesa possui uma importância ímpar nos estudos antigos e medievais no Brasil. Publicado pela Editora da Unicamp na Coleção Estudos Medievais, o livro reúne 26 capítulos, além da apresentação dos organizadores, de um prefácio escrito para a tradução por Néri de Barros Almeida e de um posfácio de Averil

[1] Licenciado em História pela Universidade Estadual de Maringá; Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná; Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná; Pesquisador do Núcleo de Estudos Mediterrânicos da UFPR.

Cameron. A tradução de Felipe Vale da Silva torna acessível uma obra originalmente publicada pela Cambridge University Press em 2018 e, com isso, intervém em um campo no qual o acesso à bibliografia especializada ainda depende fortemente do domínio de línguas estrangeiras. Almeida reconhece o alcance dessa intervenção ao observar que o volume rompe com a representação da Idade Média como experiência restrita a uma pequena parte da Europa e reinsere o mundo romano em redes de densidades e durações variadas (p. 11-13). Essa observação deve gerar um impacto sentido especialmente nas condições de ensino e pesquisa sobre o campo no Brasil.

Di Cosmo e Maas propõem o conceito de "Antiguidade Tardia Eurasiática" para o período aproximado de 250 a 750. Seu espaço de análise estende-se do Mediterrâneo Oriental à China e inclui Roma, o Irã sassânida, as entidades políticas chinesas e as sociedades nômades ou seminômades das estepes. A proposta é provocativa em relação as tradicionais divisões acadêmicas entre História Antiga, História Medieval, Estudos Bizantinos, História da China, Estudos Iranianos e História da Ásia Central colocando em rota de colisão periodizações que não necessariamente coincidem com os espaços analisados. Os séculos que a tradição europeia situa entre a Antiguidade e a Idade Média correspondem na história chinesa ao intervalo entre o fim dos Han e a consolidação dos Sui e Tang, frequentemente estudado por meio de categorias como "Período Médio" ou "China medieval".

O termo "Antiguidade Tardia Euroasiática" entra em cena para observar processos em regiões distintas sendo colocados no mesmo quadro quando as conexões entre eles se tornam palpáveis (p. 47-57). Para os editores, os acontecimentos entre os séculos III e VIII permaneceram separados, mas conectados por meio de experiências como políticas de corte, soberanias, objetos, textos, traduções, circulações de agentes religiosos em escalas locais e inter-regionais, respeitando as descontinuidades da documentação e a diversidade das sociedades analisadas (p. 47-51). No volume, rotas, contatos e intercâmbios são resultados contingentes de condições políticas e sociais específicas o que favorece o entendimento de conexões que podem intensificar-se, mudar de direção ou desaparecer.

A ampliação espacial promovida pela coletânea pode ser mais bem avaliada mediante a distinção proposta por Klaus Hock[2] entre policentrismo e transculturalidade tendo em vista que o reconhecimento de vários centros não elimina, por si mesmo, uma concepção essencializada de cultura. Se Roma, China, Irã e estepe podem continuar aparecendo como unidades previamente constituídas em que bens, pessoas e conhecimentos circulavam, uma abordagem transcultural, entretanto, pode questionar como essas unidades foram transformadas e parcialmente produzidas por suas interações. Sob essa perspectiva, o mérito da coletânea consiste em modificar a escala geográfica da Antiguidade Tardia, enquanto seu limite está em nem sempre converter essa ampliação espacial em uma análise que favoreça o abandono de noções como centro-periferia.

A primeira parte, "Limiares históricos", reúne estudos sobre as relações de Roma com os povos das estepes, os vínculos entre China e Ásia central, a projeção de poder sassânida, os mercadores sogdianos e a circulação de bens. Os capítulos de Nicola Di Cosmo, Matthew Canepa, Rong Xinjiang, Peter Brown e Valerie Hansen mostram que a conectividade eurasiana constituía em fluxos de mercadorias, presentes diplomáticos, imagens régias, ordenamentos jurídicos e políticos e formas de distinção social. A seda, por exemplo, podia atuar como mercadoria, tributo, moeda e signo de autoridade. Ao incluir tais variações, a obra evita tratar os objetos como provas de contato direto em direção a percepção de que um bem encontrado longe de seu lugar de produção poderia atravessar numerosos circuitos locais antes de alcançar seu destino.

A segunda parte, "Movimentos, contatos e trocas", é a seção mais diversificada do volume. Patrick Geary, Michael Kulikowski, Ursula Brosseder e Walter Pohl examinam os problemas envolvidos na associação imediata entre nomes étnicos, vestígios materiais, populações e migrações. Em conjunto, esses estudos expõem o caráter construído das identidades políticas em um mundo conectado. Essa discussão é especialmente relevante para a historiografia medieval, na qual etnônimos transmitidos por autores romanos foram muitas vezes assumidos em designações de povos supostamente homogêneos. Os capítulos seguintes acompanham a circulação de religiões, línguas, saberes astrológicos e objetos de prestígio. O conjunto evidencia que tradução e

[2] HOCK, Klaus. Transkulturelle Perspektiven auf polyzentrische Strukturen. In: HERMANN, Adrian; BURLACIOIU, Ciprian (org.). *Veränderte Landkarten: auf dem Weg zu einer polyzentrischen Geschichte des Weltchristentums*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2013. p. 295–314.

adaptação eram mecanismos centrais pelos quais comunidades mantinham instituições e ampliavam interações culturais em novos contextos.

A terceira parte, "Impérios, diplomacia e fronteiras", volta-se às políticas de Bizâncio, do Irã sassânida, dos impérios goturcos e das dinastias do Norte da China. Os autores questionam a associação entre vida política complexa e sedentarismo, assim como a tendência de descrever sociedades das estepes apenas a partir das fontes romanas ou chinesas. Os olhares sobre as estepes as fazem integrar a produção de formas imperiais, hierarquias, redes diplomáticas e linguagens de legitimação constituindo uma das realizações mais importantes do volume ao mostrar que a centralidade é derivada das formas de relações e podem mudar conforme o problema, a documentação e a posição dos agentes.

Para a história do *Oriente Cristão*, o capítulo de Scott Fitzgerald Johnson, "Os idiomas da cristandade nas Rotas da Seda e a transmissão da cultura do Mediterrâneo para a Ásia Central", merece atenção particular. Johnson acompanha a presença da Igreja do Oriente ao longo de um percurso que ligava Antioquia, Edessa, Nisibis e Selêucia-Ctesifonte ao leste iraniano, à Sogdiana, a China ocidental e, por fim, à corte Tang. Nesse processo, o siríaco atuou como língua litúrgica, meio de organização eclesiástica e um marcador de literatura e identidade. Sua importância, porém, só se compreende plenamente quando observada em relação com o médio-persa, o sogdiano, o uigur e o chinês. O arquivo de Turfã, com cerca de 1.100 fragmentos cristãos em diferentes línguas, permite reconstruir comunidades nas quais manuscritos, sistemas de escrita, calendários, rubricas litúrgicas e traduções desempenhavam funções sociais distintas (p. 303-314).

Esse capítulo mostra por que os estudos siríacos são indispensáveis a uma história da medievalidade que se pretenda global. O siríaco participou da formação de redes que atravessavam as fronteiras dos impérios romano e sassânida e alcançavam a Ásia Central, a Índia e a China. Textos preservados em siríaco registram contatos intelectuais, práticas monásticas, controvérsias cristológicas, formas jurídicas e relações com comunidades de diferentes línguas. Ao mesmo tempo, traduções para o médio-persa, o sogdiano e o chinês preservaram obras ou tradições cujos originais desapareceram. Entretanto, o conceito de "transmissão da cultura mediterrânica" pode conservar ainda a percepção do centro produtor para as periferias receptoras. A tradução para outras línguas asiáticas não corresponde a uma percepção de transferência, mas a processos de apropriação, seleção, reconfiguração e ressignificação de símbolos e signos em diferentes

contextos. Tais comunidades siríacas interagiram e foram centros de produção intelectual e litúrgica multicultural, capazes de transformar os materiais recebidos e de participar da constituição de novos espaços cristãos funcionando além de um conduite. Além disso, a ênfase na Igreja do Oriente não deve ser confundida com uma representação completa dos cristianismos de língua siríaca. Tradições siríacas anticalcedônicas, comunidades de outras filiações e as conexões com armênios, georgianos, coptas e etíopes exigem um olhar mais cuidadoso e circunscrito para os seus próprios contextos, um debate ainda a ser mais bem explorado.

Essa ressalva importa para a historiografia brasileira. Em currículos de História, Teologia, Filosofia e Ciências da Religião, o cristianismo medieval ainda costuma ser narrado a partir do Ocidente latino, enquanto comunidades anticalcedônicas ou não latinas aparecem apenas em capítulos sobre heresias e cismas. Tal organização pautada em decisões históricas das instituições greco-romanas se tornam viciantes na seleção historiográfica também assumindo a História dos Cristianismos reduzidas a centralidade europeia. A documentação siríaca permite recuperar atores que foram derrotados no plano imperial, mas permaneceram ativos e produtivos. Permite também compreender que conceitos como *ortodoxia*, *heresia*, *centro* e *periferia* eram disputadas pelos próprios agentes.

Nesse sentido, a proposta de Dorothea Weltecke[3] permite avançar da multiplicação dos centros para uma concepção propriamente descentralizada do cristianismo medieval. Em vez de substituir Roma por uma série de novas capitais religiosas, a autora argumenta que, entre aproximadamente 550 e 1350, o cristianismo não possuía um centro capaz de organizar integralmente suas instituições, práticas e representações. Para interpretar essa configuração, Weltecke combina três modelos: as diferentes tradições eclesiásticas, comparadas a um bambuzal formado por múltiplos troncos; os cristianismos locais, constituídos por condições sociais e políticas específicas; e as redes que atravessavam fronteiras linguísticas e confessionais. Aplicados à coletânea, esses modelos mostram que a história do cristianismo eurasiático não pode ser reduzida

[3] WELTECKE, Dorothea. Space, entanglement and decentralization: on how to narrate the transcultural history of Christianity (550 to 1350 CE). In: GLEI, Reinhold F.; JASPERT, Nikolas (org.). *Locating religions: contact, diversity and translocality*. Leiden: Brill, 2017. p. 315–344. DOI: https://doi.org/10.1163/9789004335066_012.

à difusão de doutrinas a partir de centros imperiais, sendo resultados da interação entre instituições eclesiásticas, configurações locais e redes de mobilidade que não coincidem integralmente com as fronteiras dos impérios (Weltecke, 2017).

A obra, por outro lado, oferece exemplos concretos de colaboração entre especialidades, uso combinado de textos, arqueologia e cultura material e comparação entre diferentes tradições historiográficas. Seu glossário de termos chineses e sua extensa bibliografia também facilitam a entrada de estudantes em áreas pouco presentes nos cursos de graduação e pós-graduação brasileiros. Nesse sentido, ao invés de ver as barreiras linguistas apontadas por Averil Cameron dos temas abordados na coletânea – escritos em diversos idiomas e alfabetos que exigem competências raras e formas efetivas de cooperação (p. 565-571) – o autor desta resenha entende que a obra em língua portuguesa também manifesta o interesse latente do campo para nossa historiografia. Para ampliar o campo é necessário o ensino de línguas, acesso a edições e manuscritos, redes internacionais e, sobretudo, condições para que essas competências não permaneçam restritas a iniciativas individuais.

O livro, entretanto, tem outras limitações. O espaço estudado não corresponde ao globo, e os próprios organizadores excluem a Europa ocidental e setentrional, do oceano Índico, do mar Vermelho e das redes que articulavam o leste africano, grande parte da península arábica, o subcontinente indiano e o Sudeste Asiático e, embora reconheçam a relevância das conexões marítimas, privilegiam as rotas continentais (p. 49). Mesmo a divisão do título entre Roma, China, Irã e "a estepe" corre o risco de estabilizar quatro grandes blocos civilizacionais. Cameron (p. 565-567) chama atenção para essa diferença ao afirmar que a coletânea se aproxima da História Global por meio da conectividade e das "histórias encadeadas", não por oferecer uma cobertura mundial ou uma universal, o que fortalece a obra. "Global" designa aqui um modo investigar como processos locais se tornam relacionados a deslocamentos, traduções e redes mais amplos. Contudo, o interesse por impérios, diplomacia e elites também deixa menos visíveis as experiências de mulheres, trabalhadores, populações rurais e grupos subalternos cuja mobilidade não gerou documentação escrita comparável à das cortes e instituições religiosas.

Há ainda um problema de periodização. A proposta de uma época coerente e independente entre 250 e 750 é intelectualmente produtiva, pois permite cruzar o limite convencional entre Antiguidade e Idade Média e confrontar cronologias regionais. No

encerramento da apresentação, contudo, os editores transformam essa suposição mais decisiva do que o conjunto da obra parece autorizar (p. 65) visto que os capítulos comprovam múltiplas conexões, mas não uma única coerência cronológica. Cameron questiona que se a proposta cria uma Antiguidade Tardia Eurasiática ou indica que o conceito mediterrânico de Antiguidade Tardia está se dissolvendo em uma história conectada mais ampla (p. 564-565). A coletânea não encerra essa discussão.

Do ponto de vista de uma historiografia produzida no Brasil, podemos, a partir dessa obra, abrir outras perguntas, inclusive sobre as relações entre produção acadêmica, desigualdade no acesso a línguas e acervos e colaboração com pesquisadores da Síria, Palestina, Armênia, Geórgia, Irã, Índia e outros espaços relacionados aos objetos estudados. Uma perspectiva situada no Sul Global também depende de escolhas metodológicas capazes de reconhecer assimetrias e construir interlocuções que não passem exclusivamente pelos centros europeus e norte-americanos. A tradução brasileira do volume cria condições para um debate que deve olhar para objetos novos e formar futuras e frutíferas relações sul-sul. Principalmente pelo fato de que a obra torna difícil continuar identificando a Antiguidade e a Idade Média com partes de uma história apenas da Europa Ocidental e que estepes, oásis, impérios e comunidades religiosas participaram de circuitos comuns sem formar um sistema homogêneo.

Impérios e trocas na Antiguidade Tardia Eurasiática merece, assim, ocupar lugar central na formação de historiadores brasileiros interessados na Antiguidade Tardia, na medievalidade e na história dos cristianismos. Seu maior resultado é demonstrar que as categorias tradicionais se tornam insuficientes quando línguas, pessoas, objetos e instituições são acompanhados através das fronteiras que a organização universitária separou. A partir do Brasil, o desafio consiste em levar esse deslocamento adiante: fortalecer o estudo das línguas asiáticas, incorporar fontes diversas aos debates historiográficos gerais e produzir uma história conectada que seja ao mesmo tempo global em suas perguntas e consciente do lugar a partir do qual é escrita.